ISSN: 1984-8781 - Anais XVIII ENANPUR 2019. Código verificador: **IRCyKOpUMi5Z** verificar autenticidade em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais

Baixada Fluminense: notas preliminares sobre sentidos e identidades de uma região

Autores:
Stella Maris Nunes Pieve - UFRRJ - stellapieve@gmail.com

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo abrir uma agenda de pesquisa que, além de percorrer os diversos sentidos já estudados sobre a Baixada Fluminense e que conformam a identidade do território, acrescenta outros sentidos e identidades possíveis de serem mapeados na região. Nossa intenção é olhar a Baixada para além da violência, da escassez e das vulnerabilidades constantemente presentes nos discursos sobre a região. Para isto, apresentamos o histórico de ocupação da região, as definições que acompanham o território e seguimos parte de um processo histórico de autoconstrução de um Posto de Saúde em Nova Iguaçu. Ao repensarmos a maneira pela qual olhamos o lugar do outro, buscamos seguir as narrativas que construíram e continuam a definir a identidade da Baixada Fluminense enquanto um espaço de moradia, memória e resistência.

BAIXADA FLUMINENSE:

notas preliminares sobre sentidos e identidades de uma região

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo dar início a uma agenda de pesquisa sobre a identidade, ou melhor, as identidades que se encontram na Baixada Fluminense, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, tendo em vista a diversidade de habitantes, as atividades desenvolvidas ao longo da história da região e a dinamicidade de trajetórias que o território comporta.

A Baixada carrega em sua trajetória a ancestralidade indígena devastada por uma série de migrações que vão desde a realeza portuguesa, passando pelos africanos escravizados, investidores europeus, trabalhadores asiáticos e, mais recentemente, abriga migrantes das demais regiões do país, das cidades fluminenses e da capital carioca (ALVES, 2003), trazendo em seu DNA identidades plurais e diversas, já que a região outrora privilegiada por atividades econômicas propiciaram o encontro de diferentes etnias, nacionalidades e regiões do país[1].

Atualmente, a Baixada Fluminense não tem uma definição consensual acerca dos municípios que a conformam e, para além de seu aspecto geográfico, não denota apenas uma localização geográfica, mas um espaço social, político e afetivo, definido a partir de sua relação com a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e mais especificamente com a Cidade do Rio de Janeiro (ALVES, 2003; SILVA, 2007; SILVA, 2013).

Todavia, é consenso o título de periferia dado ao lugar. Título que, geograficamente, designa os limites e as franjas da cidade e para além disto, aponta aquilo que é precário, carente e desprivilegiado em termos de infraestrutura e serviços públicos na zona urbana, definindo o espaço da cidade ou da região no qual vivem grupos populares (CALDEIRA, 1984). De maneira geral, a periferia nos remete ao pavor, ao perigo, aos excessos da violência, ao descaso do Estado no que diz respeito aos direitos fundamentais e aos seus excessos no que diz respeito ao controle social[2].

1 Reflexão baseada em Woodward, 1999.

No entanto, dificilmente a periferia, ou qualquer outro lugar, pode ser caracterizado como um bloco homogêneo. Na periferia as estratégias de vida e de política são muito mais diversas do que se pode imaginar, com inúmeros sujeitos capazes de produzir suas próprias versões sobre os fatos que vivenciam. No caso da Baixada, seu processo de periferização está associado à franja urbana distendida da metrópole carioca, aos loteamentos derivados do fim da citricultura em Nova Iguaçu e à migração de uma população oriunda da cidade do Rio de Janeiro e de outras regiões do país (SILVA, 2017). Estas concepções sobre periferia e, consequentemente, sobre a Baixada Fluminense, descortinam sua face insegura e escassa (ENNE, 2002; ALVES, 2003; BARRETO, 2007) assinalando a identidade violenta, precária e segregada que também compõe a região da baixada.

Partindo do princípio de que a identidade é relacional e depende do produto da experiência vivida e das coisas do cotidiano (WOODWARD, 1999), consideramos que a identidade da Baixada está para além de violenta e precária. Concordamos com Hall (2002) de que a identidade é fluida, torna-se a partir de uma história compartilhada, vivida de diferentes formas e com Woodward (1999) de que sua validação passa pelo território, pela cultura e pelo local.

É neste sentido, que, com base em Said (2007), ao invés de seguirmos os princípios gerais que orientam a caracterização da Baixada e seus territórios de existência a partir da ideia de “falta” ou daquilo que deve ser corrigido, nossa ideia aqui é buscar a história vivida na Baixada por aqueles que nela moram e buscam melhorar/conviver suas condições enquanto lugar de vida e espaço de resistência.

Nossa proposta nesse primeiro momento, é, ao percorrer os diversos sentidos já estudados sobre a Baixada Fluminense que conformam a identidade do território, acrescentar outros sentidos e identidades possíveis de serem mapeados na região. Para tanto, inicialmente seguimos o processo de autoconstrução e autogestão tanto de moradias quanto de instituições que seriam de responsabilidade do Estado – esgoto, escolas e postos de saúde (SIMÕES, 2006; ANDRADE, 2018). Nossa intenção é acompanhar a experiência de autogestão de um Posto de Saúde que desencadeia uma série de precedentes para a atuação estadual e municipal num bairro de Nova Iguaçu (ANDRADE, 2018). Tal experiência identifica uma identidade para além da violência e da escassez, corroborando práticas coletivas e afetivas no território da Baixada.

Esse texto está dividido em três partes. Primeiramente analisamos apresentamos brevemente o processo de ocupação da Baixada Fluminense para destacar quais os principais marcos e fatores que contribuíram para a atual conjuntura social da região, em seguida os

2 Reflexão baseada em Wacquant, 2003.

sentidos de Baixada Fluminense já pesquisados e por fim, trazemos à tona pesquisas sobre a história vivida da Baixada, destacando as "estratégias de transformação do lugar de moradia"[3] no intuito de por em relevo as narrativas e experiências daqueles que habitam a região.

A OCUPAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE

A região que atualmente compreende a Baixada Fluminense foi assim designada nos anos 1970, durante o Regime Militar. Popularmente utilizada, a expressão Baixada Fluminense na época não era oficial e remetia-se ao território do antigo município de Iguaçu depois da fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro (1975).

No período colonial (1500-1815), ocupação inicial da região, as freguesias que se desenvolveram às margens dos rios eram justificadas pelo comércio e circulação fluvial e terrestre de mercadorias de que se dava entre o litoral e o planalto. Nos vales e várzeas da região, a partir de 1566, barões-fazendeiros passaram a estabelecer engenhos e plantações movidas à mão de obra escravizada[4] para exportação, subsistência e abastecimento do Rio de Janeiro[5]. Nesse momento, a região mantinha-se enquanto zona intermediária entre o porto do Rio de Janeiro, o território mineiro e demais territórios fluminenses, tornando-a uma "região de passagem" (ALVES, 2003, p. 32).

Tanto por via fluvial-marítima quanto por terra, tropeiros, mercadores, comissários e viajantes, animavam as vilas e entrepostos da região. No século XVII, devido à grande circulação do ouro de Minas Gerais para os portos do Rio de Janeiro, o "Caminho Novo" ou "Caminho do Pilar" foi aberto e acabou por reduzir o tempo de viagem entre os estados. A partir deste caminho, outras variantes dele foram criadas para favorecer diferentes fazendas e atender interesses comuns entre grandes proprietários e a Coroa (ALVES, 2003).

É nesse contexto que em 1833 a freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguaçu conquista sua autonomia política transformando-se em sede da vila compreendendo as freguesias de Jacutinga, Piedade, Meriti, Pilar e Inhomirim. Além das freguesias e da vila de Iguaçu, destacava-se um quilombo localizado nos pântanos que se estendiam entre Nossa Senhora do Pilar e Santo Antônio de Jacutinga, entre os rios Iguaçu e Sarapuí (ALVES, 2003).

3 Expressão cunhada por Silva, 2007, p.47.

4 É importante destacar que em 1840, 62% da população era escravizada (Gomes, 1992 citado por Alves, 2003).

5 Açúcar e aguardante para exportação; farinha, milho, arroz, feijão e extração de madeira para subsistência e abastecimento da capital carioca (Alves, 2003).

O café na região da Baixada prosperou mais por sua localização, sua entrada na economia local ateve-se mais à região de passagem do que à zona de plantio, visto que apenas localidades da encosta da Serra do Mar – Tinguá e Estrela – aderiram ao seu cultivo. O impacto dessa produção se deu mais via reativação do circuito fluvial na região, recebendo a produção que vinha de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e interior do estado do Rio de Janeiro e se dirigia aos portos da capital. Nesse contexto, as transações do café – compra, venda, armazenamento e transporte – acabou por gerar uma "elite de grandes atravessadores" (ALVES, 2003, p.40).

Entretanto, como observou Alves (2003), a grande vantagem de ser uma região de passagem, também apresentou seus limites de circular adequadamente mercadorias na região. A intensificação do uso dos rios, ao mesmo tempo em que reforçou a rede de portos existentes, revelou a fragilidade desse meio de transporte devido à devastação das matas, assoreamento dos rios e elevação de seus leitos, prejudicando o transporte de mercadorias principalmente na época de seca. Tal situação impulsionou a construção da estrada de ferro que consolidou o porto do Rio de Janeiro na rota da exportação do café e ligando a vila de Iguaçu à Baía de Guanabara, transformou a política econômica dos transportes e, consequentemente, toda região.

A estrada de ferro D. Pedro II, atualmente Central do Brasil, começou a ser construída em 1855 e passou a ligar diretamente o litoral ao planalto, contribuindo para a decadência da região da Baixada Fluminense, transformando-a numa zona de passagem rápida, já que a circulação de mercadoria não dependia mais de seus portos. Sem a necessidade de desobstrução e limpeza dos rios e com trilhos construídos num nível mais elevado que o terreno original, foi favorecida a formação de pântanos que desencadeou uma epidemia de cólera e malária que duraram anos na região (ALVES, 2003).

Entretanto, nesse mesmo período, a região comportava duas dinâmicas econômicas. Enquanto a área mais próxima da baía concentrava atividades voltadas para a agricultura e a logística de exportação do café, as áreas mais distantes da baía tinham como principal atividade econômica a agricultura. Esse era o caso da Freguesia de Jacutinga, atual Nova Iguaçu (SILVA, 2013).

Nesta etapa, os trabalhadores escravizados passaram a ser substituídos pelos trabalhadores empobrecidos que atendiam aos interesses dos empreendedores, agora da estrada de ferro na região, que atravessa uma profunda crise agrícola, marcada pelo descaso, pelas epidemias, a falta de alimentos e consequentemente o preço elevado deles, contribuindo para a fuga da população da região (ALVES, 2003).

A crise agrícola foi agravada com a crise econômica causada pelo fim da escravidão. Dentre as soluções pensadas, estavam a migração de

trabalhadores “baratos, diligentes e dóceis”, visando a formação de colônias agrícolas em Iguaçu para suprir a carência de trabalhadores escravizados. Cabe ressaltar aqui o caso dos trabalhadores chineses que migraram para a construção da estrada férrea, dos quais 5 mil faleceram em 9 meses de atividade devido à malária (ALVES, 2003, p.46).

Em meio às novas características estabelecidas pelas ferrovias, a estação de Maxambomba destacou-se pela aglomeração e crescimento para aqueles que se estabeleceram ou conseguiram se restabelecer na região. Elevada à categoria de sede da Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga em 1862 e logo depois em cidade, a localidade teve o nome mudado para Nova Iguaçu em 1916 durante o período áureo da citricultura na região. Desenvolvida com pouca mão-de-obra, comparativamente às culturas anteriores, o cultivo da laranja se realizou via trabalhadores assalariados[6] e prosperou em uma região decadente e em vias de abolição da escravidão. Neste contexto, Nova Iguaçu teve seu núcleo incorporado à zona urbana e seus arredores, antigas fazendas, foram retalhados em “chácaras de laranjas” (ALVES, 2003, p.50).

Durante este processo (1929-1940), a população de Nova Iguaçu quadruplicou, sendo que parte dessa explosão populacional se deu nos distritos essencialmente agrícolas e parte nos distritos vizinhos da metrópole que suburbanizavam-se, São João de Meriti, Nilópolis e parte de Duque de Caxias. No restante da Baixada,a estrutura agrária mantinha e aprofundava a concentração e a improdutividade das terras. Os trabalhadores rurais, na condição de meeiros e colonos, correspondiam a mais da metade da população ativa no campo, num contexto de poucos investimentos e comércio precário, desencadeando um propício fluxo de êxodo rural (ALVES, 2003).

Diversos fatores, incluindo o início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o ciclo da laranja entrou em decadência na região, enquanto a oeste da cidade do Rio de Janeiro a expansão urbana e industrial já emergiam uma ordem socioespacial na cidade, que segregava as zonas sul, norte e oeste, separando as zonas nobres dos subúrbios da cidade. Tais segregações só foram possíveis devido ao alto custo da moradia na zona sul e a popularização desta em direção à zona oeste, à distribuição dos transportes na cidade de acordo com a classe social, bonde para zona sul, trem para a zona norte e às constantes remoções e reformas urbanas realizadas pelo Estado (ALVES, 2003).

É a partir da citricultura que Nova Iguaçu inicia seu processo de urbanização que se espalha por quase toda área rural de seu primeiro distrito e chegando a Mesquita, Belford Roxo, parte de Queimados e Japeri. E é a crise da citricultura, que mesmo reconfigurando o território de

6 Trabalho que não se restringia aos pomares e indústrias, mas também aos serviços secundários como confecção de caixas, transporte das frutas entre os pomares e os portos, tratamento e acondicionamento das laranjas, etc (Alves, 2003).

Iguaçu, reforçará a centralidade de Nova Iguaçu. Com o "desaparecimento" dos laranjais e a expansão da metrópole carioca, vão surgindo os loteamentos e as transformações sociais, econômicas e políticas tanto em Nova Iguaçu quanto na Baixada Fluminense (SIMÕES, 2006).

O processo de loteamento de Nova Iguaçu, acaba por ser central para atual cenário da Baixada Fluminense hoje. Um processo que se desenvolve com mínimas exigências legais, que se dá em conjunção com a proeminente falência dos chacreiros e exportadores da laranja e com o déficit habitacional do Rio de Janeiro que se agrava com o movimento migratório para a metrópole em busca de moradia (Simões, 2006).

Concomitantemente à expansão dos loteamentos via fragmentação das propriedades, há uma redução das áreas rurais da baixada (1930-1960). Entre 1950-1960, a produção de alimentos era 35% menor enquanto sua população urbana chegou a 60% em 1960. Além disto, surgiu neste contexto um movimento de resistência importante por parte dos pequenos produtores de enfrentamento aos grileiros, que a partir de documentos falsos retalhavam as terras da região e promoviam despejos generalizados. Nesse contexto de politização da luta pela terra, surgem movimentos sociais importantes, dos quais destacamos aqui a Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ) (ALVES, 2003).

Além disso, instalaram-se na Baixada indústrias têxteis, que com apoio, via subsídios, do Estado, acabaram por construir as vilas operárias, tudo no intuito de descongestionar o centro do Rio de Janeiro. Agora a Baixada não abrigava mais mercadorias, mas sim a própria mão de obra. A região passa a sofrer diferentes formas de expansão urbana, projetos de saneamento básico garantiram a drenagem e dragagem dos principais rios para dar espaço aos loteamentos e à especulação imobiliária que tiveram início nas "franjas" da metrópole, nos distritos de Nilópolis, São João de Meriti e parte de Duque de Caxias (ALVES, 2003) e se expandiram às falidas chácaras de laranjas no final dos anos 1940 (SOUZA, 1992).

> A Baixada Fluminense estava se constituindo enquanto periferia, como solução de moradia para as classes mais baixas. Neste sentido, não havia distinção do processo que estava ocorrendo na margem leste da baia ou mesmo na Zona Oeste [do Rio de Janeiro]. O fim da citricultura significou a remoção do último obstáculo à ocupação urbana na região (...). (SILVA, 2013, p.57)

A partir deste breve histórico de ocupação da Baixada Fluminense é possível perceber que a região que hoje abrange a Baixada Fluminense é uma região antiga na qual as condições políticas e econômicas do seu entorno, especialmente da antiga capital e atual metrópole Rio de Janeiro ditaram suas dinâmicas de ocupação, produção e política. A "região de

passagem" traz em sua trajetória a constante referência à metrópole, o grande fluxo de mercadorias e o alto trânsito de pessoas de diversas etnias e classes sociais.

A história da ocupação da Baixada Fluminense em sua diversidade de contextos sociais, econômicos e políticos embasam a variedade de definições e conceitos sobre o território, tema da seção subsequente a esta.

OS SENTIDOS DE BAIXADA FLUMINENSE

Um dos primeiros pontos para pensar a Baixada é a diversidade de definições que a cercam. Enne (2002) identificou sete recortes distintos em sua delimitação geográfica, considerando a centralidade de Nova Iguaçu, o processo de urbanização da região, características econômicas, geográficas e históricas, a presença e o tamanho da paisagem rural dos municípios, os problemas e questões sociais típicas das regiões metropolitanas. Tamanha diversidade se reflete nos municípios que compõem o território em questão, por isso, para alguns autores (SIMÕES, 2006; BARRETO, 2007) a Baixada Fluminense abrange 13 municípios – Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, Belford Roxo, São João do Meriti, Duque de Caxias, Magé e Guapimirim –; outros (ENNE, 2002; COSTA, 2006) consideram que a região é composta por 11 municípios – excluindo-se Itaguaí e Seropédica –; e há quem a delimite em apenas por 8 municípios – excluindo-se Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Magé e Guapimirim (ALVES, 2002).

A divisão político-administrativa da Baixada acompanhou os processos históricos, econômicos e sociais de sua trajetória, se modificando com peso e importância política dos diversos grupos e classes sociais que compuseram e, que ainda, compõem a região. Neste contexto, alguns consensos podem e devem ser destacados, a saber, Nova Iguaçu e Duque de Caxias são essenciais na definição da Baixada, assim como seus "satélites imediatos" Meriti, Nilópolis, Mesquita, Queimados e Japeri, que nem sempre são tratados com a mesma profundidade dos primeiros (SIMÕES, 2006).

A partir destas considerações, Simões (2006) elencou algumas formas de olhar para a Baixada. Ao identificar a Baixada com a Grande Iguaçu, assinala-se a região com a área original do antigo município de Iguaçu[7], descartando municípios como Itaguaí, Paracambi e Seropédica, também classificados como pertencentes a Baixada Fluminense, mas que

7 O grande município de Iguassu foi criado em 1833, ocupava grande parte da extensão da região da Baixada Fluminense e foi fragmentado a partir de inúmeras emancipações na região ao longo do tempo. Por isso contar a história de Iguassu é chamar a atenção para a história da Baixada (Silva, 2013).

nunca foram parte de Nova Iguaçu e nem apresentam as mesmas características sociais desses sete municípios. (MONTEIRO, 2001, p. 18 *apud* SIMÕES, 2006).

Ainda, é possível identificar uma Baixada Política que incorpora os municípios remanescentes dos desmembramentos dos antigos municípios de Nova Iguaçu, Magé e Itaguaí; uma Baixada Histórica que considera a Grande Iguaçu, Magé, Guapimirim e Paracambi e; uma Baixada Geopolítica, incluindo Nova Iguaçu, Japeri, Queimados, Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias e o distrito de Inhomirim do município de Magé. Esta região tem em comum um passado histórico ligado aos portos fluviais e caminhos que ligavam o Rio de Janeiro ao interior do país e uma ocupação recente baseada nos loteamentos populares próximos aos ramais ferroviários e suas estações. A chave para esta compreensão está no seu processo de produção do espaço e das relações políticas que se estabelecem nestes contextos (SIMÕES, 2006).

Silva (2013) para investigar a trajetória da Baixada Fluminense segue nomenclaturas, sentidos e significados dados ao território a partir de vários autores – passando por Recôncavo da Guanabara, Grande Rio e Baixada Fluminense. Partindo de um ponto de vista historiográfico do território, a autora perpassa temáticas escolhidos por alguns autores para definir territorialmente a região. Com base na proposta de Marques (2006) de que conceituar a Baixada Fluminense para além de problematizar o território, traz a tona as relações políticas e sociais que se estabelecem na região, Silva (2013) entende que este conceito traz consigo a posição de subalternidade, pois muitas das definições propostas, acentuam uma representação hegemônica e essencialmente urbana da região.

Muito próxima e completamente associada à história do Rio de Janeiro, o termo Baixada designa toda extensão da planície nos documentos da metrópole, abarcando também os subúrbios da cidade (SILVA, 2013), condição que até hoje se confunde quando o assunto é violência (ALVES, 2003)[8]. A Baixada Fluminense foi considerada apta a ser apropriada urbanamente pelo Rio de Janeiro, “absorvida como subúrbio periférico” (SILVA, 2013, p.56). Uma ocupação acelerada e sem estrutura corroborou a Baixada enquanto periferia da Região Metropolitana, adicionando ao território o abandono dos poderes públicos e a violência como marca da região (SILVA, 2013; ALVES, 2003).

O termo Baixada surgiu associado às Comissões de Saneamento do Rio de Janeiro e à expansão das linhas férreas na região. O histórico de ocupação da Baixada denota o território como uma região de passagem até ser ocupada pelos loteamentos e uma população migrante, de maneira que a marca de Baixada não foi construída pela população que nela habita, mas por interesses políticos de grupos hegemônicos da região

8 Essa questão será tratada na seção seguinte.

determinando um local com imagens negativas. O termo, mesmo que tenha passado a ser apropriado pela população migrante, não pode ser entendido como conceito único, mas carregado de múltiplos sentidos (ENNE, 2002; SILVA, 2013). É a partir dessa multiplicidade de dinâmicas associadas ao lugar e considerando os territórios afetivos que Silva (2013, p.58) nos convida a "pensar em uma Baixada Afetiva", partindo do princípio de que esta além de se expressar em múltiplas cartografias, tem como base memórias que ainda não se tornaram narrativas históricas.

Partindo do princípio de que a experiência "constrói" identidades (WOODWARD, 1999), na próxima seção percorremos uma parte de histórias não mapeadas no contexto geral de ocupação da Baixada. Nossa intenção é seguir as histórias vividas, mas não narradas na história convencional da região.

VIVÊNCIAS NA BAIXADA FLUMINENSE

> "Quando no dia 30 de agosto de 1993, a favela de Vigário Geral expunha ao mundo 21 mortos da maior chacina cometida pela Polícia Militar no Rio de Janeiro, uma deputada federal lamentou, no rádio, a tragédia ocorrida naquela 'favela da Baixada Fluminense' (sic!). Assim, o bairro, que na verdade pertence ao subúrbio carioca, foi incorporado à Baixada. Esse equívoco, por sua vez, revela os problemas dos limites dessa região. O aspecto geográfico acaba se relacionando com o político e com o social na construção de fronteiras não muito precisas" (ALVES, 2003, p.15).

O parágrafo acima, além de expor os problemas de definição da Baixada Fluminense no que diz respeito aos seus aspectos políticos e geográficos, marca uma outra característica associada à região, a violência, de maneira que sua definição ou os conceitos que a formam sempre levam em consideração as tiranias, opressões e abusos que acometem seu território. É uma tendência a produção de pressupostos e representações sobre a Baixada Fluminense relacionadas à violência, ao crime e a tantas outras vulnerabilidades[9].

Além disso, relegar o lugar da violência para fora da metrópole e colocá-la na Baixada é uma forma de marcar as diferenças que produzem a relação entre metrópole e periferia, corroborando a ideia de que a metrópole só existe porque a periferia suporta essa existência. É preciso que se tenha um lugar para a violência e uma vez que esse lugar é determinado como periferia, falar da periferia implica em falar da metrópole (DAS e POOLE, 2004). Longe de negar a produção de

9 Reflexão baseada em Said (2007).

conhecimento até aqui produzida sobre a Baixada no que diz respeito à violência, a proposta aqui é problematizar de que maneira olhamos o "lugar do outro", tentando captar as narrativas de Baixada produzidas no território e suas próprias definições de identidade.

Partimos do princípio de que para além de uma identidade de violência e periferia, outras identidades são possíveis e ainda foram raramente mapeadas ou mesmo narradas pelos estudos e trabalhos que apresentam a Baixada. Entendemos como central para desenvolver a ideia de identidade a forma pela qual experiencia-se um lugar:

> Em Espaço e Lugar (1977) a palavra chave é a experiência, é através dela que se pode sentir e interpretar o espaço, gerando emoções e sentimentos com relação a este, utilizando-se os demais sentidos e não somente a visão. Ao mover-se por entre espaços diferenciados a percepção gera as familiaridades e cria os lugares. Assim "um lugar atinge realidade concreta quando nossa experiência com ele é total, isto é, através de todos os sentidos, como também através de uma mente ativa e reflexiva" (TUAN, 1977, p.35 *apud* SIMÕES, 2006 p. 26).

Como já destacamos nesse texto, concordamos que a validação da identidade passa pelo território, pela cultura, pelo local e é relacional, dependendo da experiência quanto daquilo que se vive cotidianamente (WOODWARD, 1999). Ainda, partimos de pressuposto de uma identidade fluida, que se constrói a partir de uma história compartilhada e vivida de diferentes formas, não podendo nunca ser única (HALL, 2002).

Nesse texto trazemos notas preliminares acerca da Baixada vivida, procuramos destacar as relações afetivas e sociais que fazem da região um lugar de moradia, memória e identidade, para além da periferia e da violência. A história da ocupação da Baixada Fluminense e a problemática de sua definição acabam por não contar uma série de histórias cotidianas que nos auxilia a pensar a "Baixada Afetiva".

Para tanto, é importante atentar para duas questões. A primeira delas diz respeito à identidade marginal relegada ao território da Baixada e a segunda leva em consideração a maneira pela qual os moradores da Baixada administram, ou melhor, passam a regulamentar com autonomia processos que deveriam ser geridos pelo Estado.

De acordo com Wacquant (2003) é comum ao tratarmos da violência que acomete as periferias nos atermos às formas de conter indivíduos e práticas violentas, geralmente propostas pelo Estado, sem nos darmos conta da violência estrutural pela qual esses sujeitos e territórios são submetidos, de maneira que que falar de violência nestes contextos é manter o aparato de controle do Estado, na maioria dos casos a polícia, em casos específicos o exército.

> Desta forma, se rotula delimitados grupos sociais, especialmente aqueles denominados de forma pejorativa como vulneráveis, ao contrário de se problematizar a violência estrutural em suas diversas formas, tais como a exclusão e a desigualdade social. A razão governamentalizada, a fim de garantir a contenção das desordens geradas pela retração da proteção social, utiliza-se da estratégia de criminalização dos grupos considerados potencialmente perigosos (WACQUANT, 2003, p. 30).

Em segundo lugar, levando em consideração as questões que o Estado "não se preocupou em resolver" na região, podemos destacar as estratégias populares de transformação do lugar em moradia (SILVA, 2007), que, por mais que tenha sido retalhada em loteamentos, não quer dizer que estavam prontas para moradia. Na Baixada, mesmo depois dos loteamentos, ficaram latentes lacunas no que diz respeito às casas e às ruas, no espaço privado e coletivo, com carências que vão desde saneamento básico até bens e serviços que condicionam a vida em determinado espaço.

Simões (2006) contrasta o processo de produção do espaço na Baixada Fluminense levando em conta o parcelamento de terras ao longo dos trilhos e ferrovias via especulação imobiliária e a efetiva ocupação de terras via autoconstrução, um processo de construção de moradias barato e eficaz para a região. De acordo com o autor, a autoconstrução é "o processo pelo qual o trabalhador e sua família, sozinhos, ou com ajuda de terceiros, executa toda ou grande parte da tarefa de edificar a sua própria casa." (SIMÕES, 1993, 51 *apud* SIMÕES, 2006).

Além disso, os mutirões de autoconstrução foram responsáveis pela construção de bens coletivos como calçadas, pontes e caminhos de acesso (MARICATO, 1979 *apud* SIMÕES, 2006), bem como redes de esgoto e instalações clandestinas de eletricidade e de água (SIMÕES, 2006). Andrade (2018) ao narrar a história de Lino Vilela, líder comunitário em Nova Iguaçu, a traça em paralelo à construção do Posto de Saúde Lino Vilela no bairro de Carmari do mesmo município, atentando para a homenagem ao líder que trouxe para o bairro diversos serviços outrora ausentes.

No final da década de 1960 Lino migrou do subúrbio carioca para a Baixada Fluminense, mais precisamente para o bairro Carmari em Nova Iguaçu. Ao chegar na localidade procurou junto às autoridade saneamento básico e asfaltamento para a região, porém não foi atendido e frente às necessidades da população, organizou um mutirão de construção e manilhamento dos esgotos do bairro (ANDRADE, 2018).

Além dos esgotos, juntamente com outras lideranças do bairro e Associação do Bairro, construíram a Creche e o Posto de Saúde, atualmente nomeados com os nomes das lideranças do bairro,

respectivamente, Lurdes Batista e Lino Vilela. Da Creche e seu bom funcionamento, surgiu a necessidade e a ideia de construir um “postinho de saúde” para atendimento básico – curativos, vacinas, aferição de pressão. Tais construções foram realizadas em regime de mutirão, depois que um pequeno grupo de vizinhos arrecadaram dinheiro de rifas, festas e doações para a compra do terreno onde inicialmente funcionariam essas instalações, “no início, o ‘posto’ era apenas um “banquinho”, onde Cristina, técnica de enfermagem e filha de Lurdes, aferia a pressão arterial e fazia curativos e pequenas suturas na população” (ANDRADE, 2018, p.8).

Além de se responsabilizar pela compra do terreno e pela construção das instalações, os moradores, a partir de rifas e comercialização de alimentos, garantiam a contratação de uma professora de Ensino Infantil e uma Médica que atuavam na escola e no posto quando estes funcionavam no mesmo local. A organização destes moradores chamou a atenção da Caritas Diocesana que intercedeu por eles junto ao Poder Público e conseguiu que a Prefeitura de Nova Iguaçu e o Governo do Estado trabalhando em conjunto, além de convocarem médicos, enfermeiras, técnicas de enfermegem e encarregados de serviços gerais para o posto, construíssem um novo posto com melhores e maiores condições de atendimento. A nomeação do Posto de Saúde como Lino Villela foi uma homenagem ao trabalho de Lino, que faleceu em 1980 durante a sua construção (ANDRADE, 2018).

O processo de autoconstrução, além de gerar redes de vizinhança, amizade e parentesco, fornece um referência de grupo, uma ideia de nós e consequentemente uma identidade (CALDEIRA, 1984), uma vez que a ajuda externa implica disponibilidade de tempo para retribuir a ajuda recebida. Além disso, as atitudes conjuntas de organização e construção das estruturas dos bairros, acabaram por gerar movimentos sociais que se engajaram na luta por emancipações municipais na década de 1980 (SIMÕES, 2006).

Retomando a ideia de que a identidade é construída na experiência cotidiana, definir a Baixada Fluminense apenas como o local da violência e de inúmeras vulnerabilidades, reduz a história da região ao que ouvimos sobre ela. Para aqueles que vivem a Baixada, mesmo que a região se apresente enquanto violenta, pautada na escassez de políticas públicas e das condições socioeconomicas, ela também se apresenta enquanto lugar de comunidade, de luta, de conquistas, de memória e de prática coletiva.

Por fim, cabe ressaltar que a partir da descrição de um dos vários processos de autoconstrução de estruturas físicas e construção de relações políticas e sociais que constituem a Baixada Fluminense, a ideia de que falta organização e regulamentação de processos na região, embora façam uma válida crítica à irresponsabilidade e insuficiência do Estado no que diz respeito ao direitos destas populações, acabam por ocultar a liderança e competência das populações locais no que faz

referência ao seu potencial de autogestão e auto-organização. É neste sentido que ao levar em consideração a Baixada Afetiva, é partir também da vivência deste território para produzir mais elementos para pensar a definição de Baixada Fluminense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse texto tem como objetivo abrir uma agenda de pesquisa que, além de percorrer os diversos sentidos já estudados sobre a Baixada Fluminense e que conformam a identidade do território, acrescenta outros sentidos e identidades possíveis de serem mapeados na região.

Partindo da diversidade de atividades socioeconômicas que acabaram por determinar a produção Baixada Fluminense enquanto território de relações sociais e políticas, nossa intenção é buscar as relações afetivas que se desenvolveram no região pós transformação da Baixada em ocupação urbana e periferia, com a migração de trabalhadores de diversas localidades do país e do estado do Rio de Janeiro. A região outrora definida enquanto “território de passagem”, com essa transformação passou a existir enquanto “território de permanência”, ou seja, de moradia.

Nossa proposta aqui, foi repensar a maneira pela qual olhamos o lugar do outro. Ao invés de focar na identidade marginal e no descaso do Estado relegados ao território da Baixada, buscamos seguir as narrativas que construíram e continuam a definir a identidade da Baixada Fluminense enquanto um espaço de moradia, memória e resistência.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Cláudio. **Dos barões ao Extermínio:** uma história de violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias: APPH CLIO, 2003.

ANDRADE, L. B. S. Um Posto Chamado Lino Vilela. **Revista Mosaico USS**, 2018. [no prelo]

BARRETO, A. S. Notícias de uma Guerra: estratégias, ameaças e orações. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 183-212, jan./jun. 2007.

CALDEIRA, T. P. R. **A política dos outros**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

COSTA, S. R. S. da. **Universo sonoro popular:** um estudo da carreira de músico nas camadas populares Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS/Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

DAS, V.; POOLE, D. (ed.). **Anthropology in the Margins of the State**. New Mexico, School of American Research Press, 2004.

ENNE, A. L. S. **"Lugar, meu amigo, é minha Baixada":** Memória, representações sociais e identidades. Tese do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional. Rio de janeiro: UFRJ, 2002.

GOMES, F. S. **História de Quilombolas:** Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro – séc. XIX. Dissertação de Mestrado da UNICAMP. Campinas: UNICAMP. Mimeo.1992.

HALL, S. **Identidade cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.

MARICATO, E. Autoconstrução,a arquitetura possível. In: MARICATO, E. **A produção da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo, Alfa-Ômega, p. 71-93. 1979.

MARQUES, A. S. Baixada Fluminense: da conceituação as problemáticas sociais contemporâneas. **Revista Pilares da História**. Duque de Caxias: CMDC/AAIH, vol. 4, N. 6, 2006.

MONTEIRO, L. A. **Baixada Fluminense:** identidades e transformações. Estudo de relações políticas na Baixada Fluminense. A criação do município de Belford Roxo e a mitificação do seu primeiro prefeito. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS, 2001.

SAID, E. W. **Orientalismo** – o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILVA, A. C. F. R. **Vozes da Baixada**: um estudo sobre rádio comunitária em Queimados e São João de Meriti. Dissertação de Mestrado. PUC-Rio: Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, L.H.P. De Recôncavo da Guanabara a Baixada Fluminense: leitura de um território pela historia. **Recôncavo Revista de História da UNIABEU**, v. 3, p. 47-63, 2013.

SIMÕES, M.R. Movimentos Sociais e Autogestão em Nova Iguaçu. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ/IPPUR, 1993.

_____. A **Cidade Estilhaçada:** Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense. Tese de Doutorado em Geografia. UFF: Niterói, 2006.

SOUZA, S. M. **Da Laranja ao Lote**. Transformações sociais em Nova Iguaçu. Dissertação de Mestrado em Antropologia, PPGAS/MN/UFRJ: Rio de Janeiro, 1992.

TUAN, Y. F. **Espaço e Lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1977.

WACQUANT, L. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

WOODWARD, K. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (ORG). **Identidade e diferença:** as perspectivas dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 1999.